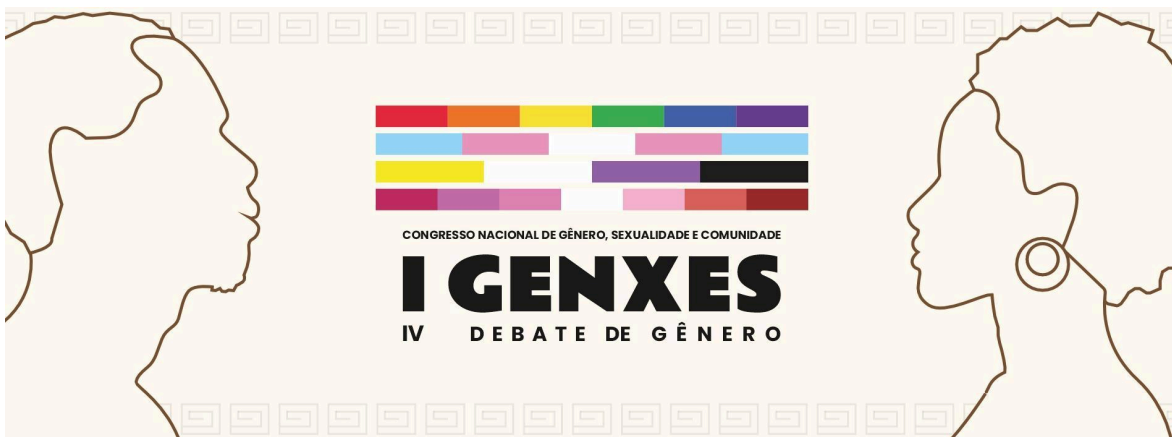




AS MULHERES NA ENCHENTE: UM ESTUDO DE CASO DO EVENTO CLIMÁTICO NO MUNICÍPIO DE BODOCÓ - PE SOB A PERSPECTIVA FEMININA

Eixo Comunitário: Interseccionalidades de Gênero e Sexualidade nas Políticas Públicas

Autora Principal – Débora Jamilly Ferreira Alves
Universidade Regional do Cariri | Bacharel em Arquitetura e Urbanismo
E-mail: debora.jamillyferreira@urca.br

Coautora – Jhosammy Kauany Gonçalves Lima
Universidade Regional do Cariri | Bacharel em Arquitetura e Urbanismo
E-mail: jhosammy.lima@urca.br

Orientadora – Ma. Ana Clara Benjamim Silva
Universidade Federal do Ceará | Mestra em Planejamento Urbano e Direito à Cidade (PPGAU+D)
E-mail: arq.anaclarabenja@gmail.com

Orientadora – Fernanda Rocha de Oliveira
Universidade Federal de Pernambuco | Doutoranda em Desenvolvimento Urbano (MDU)
E-mail: fernanda-arq@hotmail.com

RESUMO: Pensar o direito à cidade, enquanto um direito coletivo e essencial, envolve refletir possibilidades de garantia, para todas e todos pessoas, acesso a bens, serviços e lazer, assegurando a participação ativa das e dos habitantes nos processos de transformação do espaços urbanos. Isso significa que elementos como moradia digna, lazer, mobilidade, educação, saúde e segurança são condições essenciais e indissociáveis para uma cidadania efetiva. No entanto, grupos vulneráveis - como mulheres, pessoas negras indígenas, e LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, entre outras) - enfrentam, em decorrência de uma estrutura social marcada pela desigualdade - maiores dificuldades no acesso democrático à cidade. Essa desigualdade é, muitas vezes, agravada tanto por descasos, no planejamento urbano, com os diferentes níveis de vulnerabilidade, quanto em cenários de mudanças climáticas (que afetam a todos, mas sobretudo grupos com menos condições de acesso à qualidade de vida). Nesse sentido, a análise interseccional de marcadores de gênero, de sexualidade e sociais (como classe, raça e escolaridade), ampliam os desafios no exercício pleno desse direito, uma vez que permite uma reflexão mais profunda sobre os níveis de



usufruto real da cidade. Frente ao exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar, em ótica interseccional, problemáticas decorrentes das mudanças climáticas e seus impactos no exercício do direito à cidade, utilizando como estudo de caso o desastre climático ocorrido em 2018, em Bodocó (34.478 hab., IBGE, 2022), no Sertão de Pernambuco. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual a metodologia parte de uma revisão narrativa (que fundamenta a discussão dos conceitos levantados pela problemática) e envolve um estudo de caso: uma enchente ocorrida no citado município, que deixou mais de 800 pessoas desabrigadas. Os procedimentos metodológicos estão agrupados em três etapas: (i) análise das interseccionalidades presentes na problemática sobre as mulheres e desastres climáticos; (ii) diagnóstico das situações de vulnerabilidade socioespacial nos locais atingidos pela enchente em Bodocó - PE; (iii) identificação de estratégias de intervenção e políticas públicas para mitigar as desigualdades de gênero e fortalecer a resiliência comunitária. Com isso, o estudo busca discutir, de forma crítica, como a ausência de políticas públicas urbanas, somada ao avanço das mudanças climáticas, resulta no agravamento das vulnerabilidades sociais enfrentadas pelas mulheres no espaço urbano. Ademais, sob a ótica da interseccionalidade, espera-se ampliar as contribuições para os estudos de gênero e direito à cidade.

Palavras-chave: Direito à Cidade; Mulheres; Mudanças Climáticas; Bodocó (PE); Políticas Públicas Urbanas.